



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo | Divisão de Relações Internacionais



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

INTRODUÇÃO



O primeiro contacto entre os portugueses e a ilha de Timor deu-se no início do século XVI por razões comerciais, tendo a colonização ocorrido a meio do século. Contendas ocorridas na região com Holandeses terão, eventualmente, levado à assinatura de um Tratado em 1859, no qual Portugal cedeu a parte ocidental da ilha.

O Japão imperial ocupou Timor-Leste de 1942 a 1945, mas com a sua derrota na II Grande Guerra, Portugal reassumiu a autoridade colonial.

Timor-Leste declarou a independência de Portugal a 28 de Novembro de 1975 e foi invadido e ocupado pelas forças indonésias nove dias depois (tornando-se na 27ª província indonésia). Seguiram-se duas décadas de infrutíferas campanhas de pacificação, calculando-se que tenham perdido a vida entre 100.000 a 250.000 pessoas.

1999-Presente

A 30 de Agosto de 1999, através de um referendo popular supervisionado pelas Nações Unidas, a população timorense votou esmagadoramente pela independência de Timor-Leste.

Entre o referendo e a chegada em Setembro de 1999 da força internacional de manutenção de paz das Nações Unidas, as milícias timorenses anti independência (organizadas e apoiadas pelo exército indonésio) desencadearam uma onda de violência ímpar, matando cerca de 1.400 timorenses e fazendo com que 300.000 se deslocassem para Timor ocidental. A maioria das infraestruturas do país, incluindo casas, sistemas de irrigação, sistemas de abastecimento de água, escolas e perto de 100% da rede elétrica do país foram destruídas. A 20 de maio de 2002, Timor-Leste é internacionalmente reconhecido como um Estado independente. Em março de 2006, após uma greve que levou à demissão em massa nas Forças Armadas timorenses, um clima de tensão emergiu em violência no país.

Em Maio de 2006, uma força de manutenção da paz e de polícias composta por mais de 2.000 efetivos australianos, neozelandeses e portugueses estabeleceram-se no território. A instalação no terreno da **UNMIT (Missão Integrada das Nações Unidas para Timor-Leste)**, criada em agosto do mesmo ano através de uma Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, procurou a estabilização da situação com vista ao reforço das instituições democráticas e realização de eleições presidenciais e legislativas em 2007. Em 2008 o território timorense conheceu mais um período conturbado com o atentado numa manhã de fevereiro que alvejou o Presidente da República Democrática de Timor-Leste, na altura José Ramos-Horta, perpetrado pelo grupo dissidente liderado pelo major Alfredo Reinado. As razões para este ato nunca foram cabalmente esclarecidas.

UNMIT (Missão Integrada das Nações Unidas para Timor-Leste) - Foi criada no dia 25 de agosto de 2006 através da Resolução 1704 do Conselho de Segurança das Nações Unidas tendo o seu mandato terminado com as eleições legislativas e parlamentares de 2012.

O trabalho da UNMIT prendeu-se com a estabilidade, reconciliação nacional, e governação democrática para Timor-Leste. A resolução, proposta pelo Japão, atribuiu à Missão um mandato inicial de seis meses, passíveis de renovação. A UNMIT teve como principal objetivo fomentar a estabilidade política no país, apoiar a realização das eleições presidenciais e legislativas e colaborar com as forças timorenses na manutenção da ordem pública. A formação e reorganização das Forças Armadas, a proteção dos direitos humanos no território e a luta contra a pobreza são outras das prioridades da missão. A UNMIT para além de desempenhar um papel de “bons ofícios de natureza política”, pretendeu “integrar” o trabalho de todas as agências das Nações Unidas presentes em Timor-Leste a fim de maximizar a sua

eficiência e o impacto do seu trabalho.

Depois de 31 de julho de 2012, ficou em Timor-Leste uma reduzida equipa, que é chefiada por um diplomata dinamarquês, Reske-Nielsen, que permaneceu até março de 2013 em Díli para tratar dos últimos detalhes. O fim da missão da UNAMIT não marca o fim da parceria entre Timor-Leste e as Nações Unidas.

O primeiro-ministro timorense, Xanana Gusmão, e Finn Reske-Nielsen puseram fim às operações da missão de manutenção de paz em Timor-Leste, quando as responsabilidades de comando e controlo das operações policiais já tinham sido transferidas para a Polícia Nacional de Timor-Leste. O fim da presença internacional foi justificado por Xanana Gusmão com a capacidade que as forças de defesa e de segurança timorenses adquiriram nos últimos anos.

Apesar de o ex-presidente José Ramos-Horta ver com "alguma apreensão" o fim das missões internacionais, preferindo mantê-las durante mais um ou dois anos, o Conselho de Segurança da ONU retirou Timor-Leste da sua agenda e elogiou as "notáveis conquistas" na última década.

A forma como decorreram os escrutínios de 2012, considerados livres, justos e transparentes pela comunidade internacional, foram determinantes para o Conselho de Segurança da ONU decretar o fim da missão.

A UNMIT foi a quinta missão das Nações Unidas em Timor-Leste desde 1999, e a terceira desde a independência do país em maio de 2002. Cada uma das missões das Nações Unidas teve um propósito distinto:

- **O Escritório das Nações Unidas em Timor-Leste (UNOTIL)**, maio de 2005 a agosto de 2006, apoiou as principais instituições do Estado no reforço da governação democrática e na construção da paz;
- **A Missão de Apoio das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMISSET)**, maio de 2002 a maio de 2005, providenciou assistência no período imediatamente pós-independência;
- **A Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET)**, outubro de 1999 a maio de 2002, administrou o território durante o período de transição;
- **A Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET)**, junho a outubro de 1999, preparou o caminho para a realização da consulta popular ou a autonomia.

SISTEMA POLÍTICO

Constituição: De 22 de março de 2002. Entrou em vigor a 20 de maio de 2002.

Sistema Eleitoral: Sufrágio direto (Presidente da República); Representação proporcional (Parlamento).

Sistema de Partidos: Multipartidário

Sistema de Governo: Parlamentar

Forma de Estado: Semipresidencialista

Forma de Governo: República Constitucional

Regime: Democracia.

PODER POLÍTICO

Chefe de Estado – Taur Matan Ruak (desde 20 de maio de 2012).

Presidente do Parlamento Nacional – Aderito Hugo da Costa (desde 05 de maio de 2016)

Chefe de Governo – Rui Maria Araújo (desde 16 de fevereiro de 2015).

Parlamento – unicameral (Parlamento Nacional)

Parlamento Nacional - O Parlamento Nacional é formado por 65 membros, eleitos através do sistema de representação proporcional, para um mandato de 5 anos.

Principais Partidos Políticos

Partido Democrático (PD) – Fernando “Lasama” de Araújo; Frente de Reconstrução Nacional de Timor-Leste - Mudança (Frenti-Mudança) – José Luís Guterres; Conselho Nacional de Reconstrução de Timor (CNRT) – Xanana Gusmão; Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) – Mari Alkatiri;

O Poder Judicial

O Tribunal de Recurso – O Tribunal de Recurso é o mais alto órgão da hierarquia dos tribunais judiciais e o garante da aplicação uniforme da lei, com jurisdição em todo o território nacional. Ao Tribunal de Recurso compete também administrar justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional e eleitoral. O Presidente do Tribunal de Recurso é nomeado para um mandato de quatro anos pelo Presidente da República.

O Tribunal de Recurso funciona em secções, como tribunal de primeira instância, nos casos previstos na lei, em plenário, como tribunal de segunda e única instância, nos casos expressamente previstos pela lei. O Tribunal é composto por juizes de carreira, por magistrados do Ministério Público ou por juristas de reconhecido mérito, em número a ser estabelecido por lei, sendo um eleito pelo Parlamento Nacional e os demais designados pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

O Conselho Superior da Magistratura Judicial - O Conselho Superior da Magistratura Judicial é presidido pelo Juiz Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e composto pelos seguintes vogais: um designado pelo Presidente da República, um eleito pelo Parlamento Nacional, um designado pelo Governo e um eleito pelos magistrados judiciais de entre os seus pares.

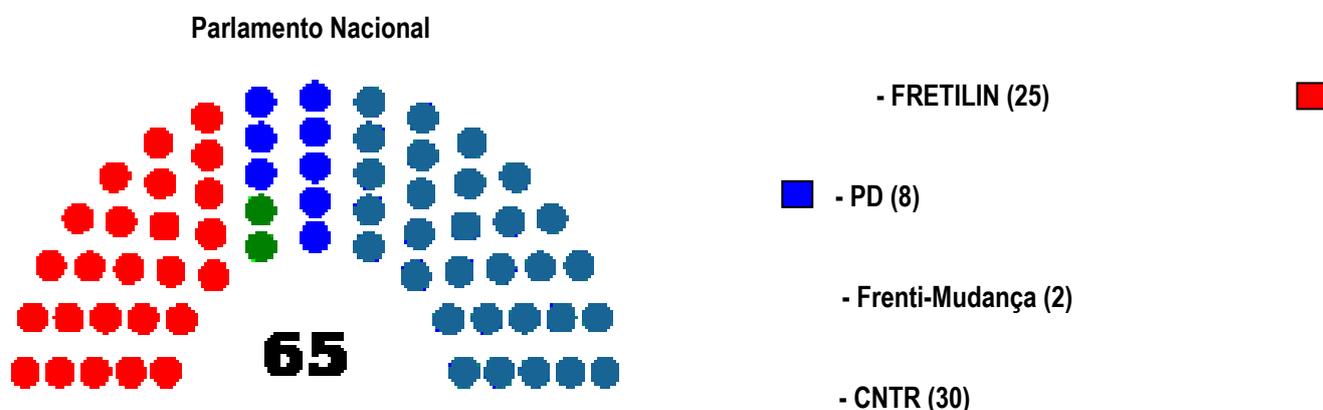
Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas - O Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas é o órgão superior da hierarquia dos tribunais administrativos, fiscais e de contas, sem prejuízo da competência própria do Supremo Tribunal de Justiça. O Presidente do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas é eleito para um mandato de quatro anos de entre e pelos respetivos juizes.

Compete ao Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, como instância única, a fiscalização da legalidade das despesas públicas e o julgamento das contas do Estado, bem como julgar as ações que tenham por objeto litígios emergentes das relações jurídicas administrativas e fiscais, julgar os recursos contenciosos interpostos das decisões dos órgãos do Estado e dos seus agentes e exercer as demais competências atribuídas por lei.

Tribunais Militares - Compete aos tribunais militares julgar em primeira instância os crimes de natureza militar. A competência, a organização, a composição e o funcionamento dos tribunais militares são estabelecidos por lei.

Composição do Parlamento

Resultado das Eleições para o Parlamento Nacional de 7 de julho de 2012



Parlamento Nacional III Legislatura (2012-Atualidade)

Presidente

Aderito Hugo da Costa (CNRT)

Comissões Permanentes

(Aprovadas em 14 de agosto de 2012)

- Comissão de Assuntos Constitucionais, Justiça, Administração Pública, Poder Local e Anti-Corrupção
- Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacionais
- Comissão de Finanças Públicas
- Comissão de Economia e Desenvolvimento
- Comissão de Infraestruturas, transportes e Comunicações
- Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Veteranos e Igualdade de Género
- Comissão de Ética

Administrações Locais

Timor-Leste está dividido em 13 distritos administrativos, sendo eles: Aileu, Ainaro, Baucau, Bobonaro, Covalima, Dili, Ermera, Lautem, Liquiça, Manatuto, Manufahi, Oecussi, Viqueque.

GEOGRAFIA

Localização – é um país do sudeste asiático, a noroeste da Austrália, nas pequenas ilhas de sonda, na extremidade oriental do arquipélago indonésio. Timor-Leste inclui a metade oriental da ilha de Timor, da região de Oecussi (Ambeno), na porção noroeste da ilha de Timor e das ilhas de Pulau Atauro e Pulau Jaco.

Área – 14.874 Km²

Capital – Dili

Outras Cidades – Same, Suai, Liquiçá, Aileu, Baucau, Lautén e Ainaro de entre outras

Organização territorial – Distribui-se por 13 distritos

DEMOGRAFIA

Habitantes – 1,231,116 milhões de habitantes (2015)

Grupos Étnicos – austronésios (malaio-polinésios), papuas, minoria chinesa

Língua – Tetum (oficial), Português (oficial), Indonésio, Inglês

Religião – Católicos Romanos 96.9%, Protestantes/Evangélicos 2.2%, Muçulmanos 0.3%, outras 0.6% (2005)

Mortalidade Infantil – 37.5 mortes/1000 nascimentos.

Esperança Média de Vida – 67.7 anos.

Taxa de Literacia – 67.5%

Índice de Desenvolvimento Humano (ONU) – 133º em 188 países.

Índice sobre Corrupção (Transparency International) – 123º em 168 países.

ECONOMIA

A maior parte da população de Timor-Leste vive da agricultura e de uma economia de subsistência. A economia do país baseia-se em recursos naturais, sobretudo, petróleo e gás natural. Nos principais recursos naturais do país estão também incluídos o ouro, o magnésio e o mármore, existindo, ainda, reservas minerais de crómio, estanho e cobre.

Um facto marcante na economia de Timor-Leste tem a ver com o resultado da exploração de petróleo, que tem exercido uma influência determinante sobre as condições macroeconómicas, repercutindo-se favoravelmente nas contas públicas e tendo um impacto significativo nas contas externas.

Desde 2012, o ritmo de crescimento da economia de Timor-Leste foi menor em virtude, sobretudo, da redução do estímulo à economia através do orçamento do país. Verificou-se um incremento do PIB não petrolífero, em termos reais, de 7,8% em 2012 e estima-se que as taxas de crescimento dos dois anos seguintes tenham sido de 5,4%, em 2013, e de 6,6%, em 2014 (dados do FMI - Fundo Monetário Internacional) – últimos dados disponíveis.

O saldo do setor público, incluindo as transferências do fundo petrolífero, representou, de acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, 39,7% do PIB em 2013. A estimativa mais recente, refere-se ao ano de 2014, onde se perspetivava que o saldo do setor público tenha descido para 23,5%.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2011 ^a	2012 ^a	2013 ^a	2014 ^b	2015 ^c	2016 ^c
População	10 ⁶	1,120	1,156	1,193 ^b	1,231	1,270	1,309
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	5,726	5,579	4,967 ^b	4,478	3,956	3,795
PIB <i>per capita</i>	USD	5 112,5	4 826,8 ^b	4 164,3 ^b	3 637,7	3 114,0	2 900,2
Crescimento real do PIB não petrolífero	%	14,7	7,8	5,4 ^b	6,6	6,8	6,9
Taxa de inflação (média)	%	13,2	10,9	9,5	2,5	1,8	3,3
Saldo do setor público	% do PIB	43,2	52,0	39,7	23,5	n.d.	n.d.
Saldo da balança corrente	10 ⁹ USD	2,352	2,668	2,224	1,167	0,443	0,412
Saldo da balança corrente	% do PIB	41,1	47,8	44,8 ^b	26,1	11,2	10,9
Taxa de câmbio (final do período)	1EUR=x USD	1,294	1,319	1,379	1,214	n.d.	n.d.

Fontes: Fundo Monetário Internacional (FMI); Banco de Portugal

Notas: (a) Valores atuais; (b) Estimativas; (c) Previsões; n.d. - não disponível

Prevê-se, igualmente, que o enorme diferencial entre os valores das exportações e das importações de bens e serviços continue a ser um significativo obstáculo a um maior crescimento, na medida em que o país permanece bastante dependente das importações de bens de consumo e de capital e a base de exportação de bens não petrolíferos é bastante reduzida.

Não obstante os défices muito elevados ao nível da balança comercial de bens (não considerando as reexportações), os saldos da balança corrente têm sido positivos devido aos excedentes ao nível da balança de rendimentos, em virtude das receitas relativas à exploração das suas reservas de petróleo e de gás. Estima-se que o saldo da balança corrente tenha sido de quase 1,2 mil milhões de USD em 2014, sendo, no entanto, a previsão para 2015 inferior a 500 milhões de USD (dados do FMI).

Timor-Leste ocupa posições muito pouco relevantes no contexto do comércio internacional. O montante anual das exportações (não considerando as reexportações), no período de 2009 a 2013 (último ano disponível), foi inferior a 17 milhões de USD, exceto em 2012, cujo valor se fixou próximo de 30,8 milhões de USD. Em termos de evolução, os montantes das vendas de bens do país ao exterior aumentaram em 2010 (93,1%) e em 2012 (133,2%), diminuindo em 2011 e em 2013 (variações percentuais, respetivamente, de -19,5% e -47,9%). O crescimento médio anual no período 2009-2013 foi de 39,7%.

Ao nível das importações, a situação é completamente diferente, situando-se os respetivos montantes, no período em análise, entre quase 295,1 milhões de USD, em 2009, e 670,1 milhões de USD, em 2012. Os valores das suas compras de produtos ao exterior aumentaram de 2009 a 2012, sendo as variações percentuais de 1,0% em 2010, 13,9% em 2011 e 97,3% em 2012. Registou-se uma redução das importações de Timor-Leste em 2013 face ao ano anterior (uma variação percentual de -21,1%). A taxa média de crescimento anual foi, neste caso, de 22,8%.

O saldo da balança comercial é acentuadamente negativo. O défice, em 2012, foi de 639,3 milhões de USD, descendo, em 2013, para um montante perto de 512,8 milhões de USD. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações registou, no período 2009-2013, valores percentuais inferiores a 6%.

Evolução da Balança Comercial

(10 ³ USD)	2009	2010	2011	2012	2013
Exportação*	8 491	16 395	13 202	30 793	16 049
Importação	295 096	298 091	339 630	670 121	528 824
Saldo	-286 605	-281 696	-326 428	-639 328	-512 775
Coeficiente de cobertura (%)	2,9	5,5	3,9	4,6	3,0
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como exportador	196 ^a	191 ^a	194 ^a	192 ^a	193 ^a
Como importador	184 ^a	187 ^a	185 ^a	176 ^a	173 ^a

Fontes: Direção Geral de Estatística de Timor-Leste; World Trade Organization (WTO)

Nota: (*) Não estão consideradas as reexportações



Principais Clientes

Mercado	2011		2012		2013	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
Alemanha	42,6	1ª	25,4	3ª	48,0	1ª
Estados Unidos da América	22,1	2ª	26,1	2ª	36,3	2ª
Japão	5,1	4ª	3,8	4ª	6,4	3ª
Austrália	4,2	6ª	0,3	13ª	3,4	4ª
Singapura	4,7	5ª	36,0	1ª	1,7	5ª
Portugal	0,9	12ª	0,6	12ª	0,2	13ª

Principais Fornecedores

Mercado	2011		2012		2013	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
Indonésia	30,7	1ª	22,4	2ª	34,3	1ª
Malásia	4,3	6ª	7,8	3ª	15,0	2ª
Singapura	6,8	4ª	6,8	4ª	11,8	3ª
Vietname	2,3	8ª	4,7	6ª	7,7	4ª
China	18,8	3ª	6,6	5ª	7,5	5ª
Portugal	1,5	10ª	1,6	10ª	2,3	8ª

Fonte: Direção Geral de Estatística de Timor-Leste

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E REGIONAIS

A República Democrática de Timor-Leste é membro do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, de entre as quais se destacam o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD).

A nível regional, este país é membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e beneficia, desde 2002, do estatuto de “observador especial” do Fórum das Ilhas do Pacífico, fundado em 1971, estando em preparação a sua adesão à Associação das Nações do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asian Nations* – ASEAN).

A CPLP apresenta como objetivos gerais a concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais, nomeadamente na defesa e promoção de interesses comuns ou questões específicas, a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa. Esta organização foi criada a 17 de julho de 1996, em Lisboa e integra, para além da República Democrática de Timor-Leste, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

De referir que as relações de Timor-Leste com a União Europeia se processam no âmbito do Acordo Cotonou, o qual entrou em vigor a 1 de abril de 2003, e que vem substituir as Convenções de Lomé que durante décadas enquadraram as relações de cooperação entre os Estados-membros da UE e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

Com um período de vigência de 20 anos, este Acordo estabelece um novo quadro jurídico regulador da cooperação entre as partes, cujo principal objetivo consiste na redução da pobreza e, a longo prazo, a sua erradicação, o desenvolvimento sustentável e a integração progressiva e faseada dos países ACP (atendendo às especificidades de cada um) na economia mundial.

No âmbito da parceria UE/Países ACP as partes acordaram em concluir novos convénios comerciais compatíveis com as regras da OMC (Acordos de Parceria Económica - APE) eliminando progressivamente os obstáculos às trocas comerciais e reforçando a cooperação em domínios conexos como a normalização, a certificação e o controlo da qualidade, a política da concorrência, a política do consumidor, entre outros. Os novos regimes comerciais deviam ser introduzidos de forma gradual e pragmática, tendo sido estabelecido um período preparatório (temporário) que terminou em 31 de dezembro de 2007. Dadas as dificuldades que acompanharam o processo de negociação entre as partes (apenas alguns Acordos transitórios foram assinados) houve necessidade de continuar o diálogo com vista a alcançar uma maior abertura no futuro.

Timor-Leste e Austrália

No fundo do Mar de Timor existem reservas consideráveis de petróleo e gás natural. Existe uma disputa entre a Austrália e Timor-Leste sobre os direitos às receitas do *Timor Sea* - a área onde as reivindicações territoriais australianas, baseadas na extensão da plataforma continental, se sobrepõem às de Timor-Leste, que pretende ver reconhecida a anterior reivindicação portuguesa de que a linha divisória deve ficar a meio caminho entre os dois países. Timor-Leste e a Austrália acordaram em adiar por um período de 40 a 50 anos a demarcação da fronteira marítima entre os dois países.

Em janeiro de 2006 os dois países assinaram um acordo de partilha das receitas de exploração petrolífera sobre a área em disputa devendo cada parte receber 50% dos lucros. Existe, no entanto atualmente, uma ação no Tribunal Internacional de Justiça tendo Timor-Leste unilateralmente denunciado este Tratado.

RELAÇÕES ECONÓMICAS COM PORTUGAL

O mercado timorense assume uma posição muito modesta no contexto do comércio internacional português de bens e serviços. Em 2014, ano dos últimos dados disponíveis, a quota de Timor-Leste foi de 0,02% enquanto cliente e de 0,01% como fornecedor.

Quota de Timor-Leste no Comércio Internacional Português de Bens e Serviços

	Unidade	2010	2011	2012	2013	2014
Timor-Leste como cliente de Portugal	% Export.	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Timor-Leste como fornecedor de Portugal	% Import.	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01

Fonte: Banco de Portugal

As exportações portuguesas de bens e serviços para Timor-Leste aumentaram em 2012 (33,3%) e em 2014 (19,9%), diminuindo em 2011 e em 2013 (variações percentuais, respetivamente, de -13,4% e -4,2%). O respetivo crescimento médio anual no período 2010-2014 foi de 8,9%.

Ao nível das importações, houve reduções significativas em 2011 e em 2012 (variações percentuais, respetivamente, de -47,8% e -35,1%) verificando-se incrementos de 3,5% em 2013 e de 7,5% em 2014.

A taxa média de crescimento anual foi, neste caso, de -18,0%, diminuindo o valor das importações de 11,1 milhões de euros, em 2010, para 4,2 milhões de euros, em 2014.

O saldo da balança comercial é favorável a Portugal e aumentou quase sempre ao longo do período 2010-2014, tendo-se registado uma ligeira quebra em 2013. Dessa forma, verificou-se um saldo de 1,8 milhões de euros, em 2010, sendo o respetivo montante, em 2014, de 12,9 milhões de euros. O coeficiente de cobertura das

importações pelas exportações atingiu um valor percentual de 409,1% em 2014, superando bastante a percentagem de 116,4% registada em 2010.

Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com Timor-Leste

(10 ⁶ EUR)	2010	2011	2012	2013	2014	Var% 14/10 ^a	Var% 14/13 ^b
Exportações	12,9	11,2	14,9	14,2	17,1	8,9	19,9
Importações	11,1	5,8	3,8	3,9	4,2	-18,0	7,5
Saldo	1,8	5,4	11,1	10,4	12,9	--	--
Coef. Cobertura (%)	116,4	192,9	396,3	366,8	409,1	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

(b) Taxa de variação homóloga 2013-2014

Devido a diferenças metodológicas de apuramento, o valor referente a "Bens e Serviços" não corresponde à soma ["Bens" (INE) + "Serviços" (Banco de Portugal)]. Componente de Bens com base em dados INE, ajustados para valores f.o.b.

As exportações portuguesas de serviços para Timor-Leste têm aumentado desde 2012, registando, nos últimos anos, montantes superiores aos das nossas vendas de bens para esse país em 2014 e em 2011.

Timor-Leste tem uma expressão muito reduzida no comércio internacional português de bens. Em 2014, esse país situou-se em 111^o lugar no *ranking* de clientes das exportações portuguesas, ficando, nos últimos cinco anos, acima da 100^a posição em 2010 e 2012. A sua quota no total das nossas vendas de produtos ao exterior foi de 0,01% em 2014, tal como se verificou em 2011.

Em termos de importações, Timor-Leste posicionou-se no 138^o lugar no *ranking* de fornecedores de Portugal em 2014, sendo esta posição ligeiramente inferior à registada no ano anterior e a segunda pior do período em análise (2010-2014).

De janeiro a maio de 2015, Timor-Leste foi o nosso 129^o cliente e o 114^o fornecedor. A sua quota no total das exportações portuguesas fixou-se igualmente em 0,01%.

Posição e Quota de Timor-Leste no Comércio Internacional Português de Bens

		2010	2011	2012	2013	2014	2015 jan/mai
Timor-Leste como cliente de Portugal	Posição	95 ^a	107 ^a	97 ^a	108 ^a	111 ^a	129 ^a
	% Export.	0,02	0,01	0,02	0,02	0,01	0,01
Timor-Leste como fornecedor de Portugal	Posição	126 ^a	132 ^a	149 ^a	137 ^a	138 ^a	114 ^a
	% Import.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

No período 2010-2014, somente em 2010 e 2011 as importações portuguesas de Timor-Leste registaram valores não inferiores a 1 milhão de euros. O montante em 2014 situou-se em cerca de 900 mil euros, tendo-se verificado em 2012 o menor valor do período em análise (aproximadamente 200 mil euros).

O saldo da balança comercial bilateral, de 2010 a 2014, foi sempre favorável a Portugal, sendo os respetivos valores superiores a 5 milhões de euros, exceto em 2011. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações foi de cerca de 793% em 2014, superando 3 500% em 2012.

De janeiro a maio de 2015, as exportações portuguesas para Timor-Leste diminuíram face ao período homólogo do ano anterior (uma variação percentual de -45,1%), verificando-se um incremento das nossas importações de bens desse país (322,4%).



Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com Timor-Leste

(10 ⁶ EUR)	2010	2011	2012	2013	2014	Var% 14/10 ^a	Var% 14/13 ^b
Exportações	12,9	11,2	14,9	14,2	17,1	8,9	19,9
Importações	11,1	5,8	3,8	3,9	4,2	-18,0	7,5
Saldo	1,8	5,4	11,1	10,4	12,9	--	--
Coef. Cobertura (%)	116,4	192,9	396,3	366,8	409,1	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

(b) Taxa de variação homóloga 2013-2014

Devido a diferenças metodológicas de apuramento, o valor referente a "Bens e Serviços" não corresponde à soma ["Bens" (INE) + "Serviços" (Banco de Portugal)]. Componente de Bens com base em dados INE, ajustados para valores f.o.b.

Balança Comercial de Bens de Portugal com Timor-Leste

(10 ⁶ EUR)	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 14/10 ^a	2014 jan/mai	2015 jan/mai	Var % 15/14 ^b
Exportações	6,7	4,9	8,1	7,2	7,0	6,1	2,6	1,4	-45,1
Importações	1,1	1,0	0,2	0,8	0,9	43,3	0,3	1,1	322,4
Saldo	5,6	3,9	7,8	6,5	6,1	--	2,3	0,3	--
Coef. Cobertura (%)	596,6	477,4	§	920,0	793,3	--	993,9	129,3	--

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

(b) Taxa de variação homóloga

2010 a 2013: resultados definitivos; 2014 e 2015: resultados preliminares

§ - Coeficiente de cobertura >= 1000%

Acordos Relevantes

- *Resolução da Assembleia da República n.º 5/2004, de 13 de janeiro* – Aprova o Acordo Quadro de Cooperação entre Portugal e Timor-Leste.
- *Decreto n.º 20/2003, de 3 de maio* – Aprova o Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, entre Portugal e Timor-Leste.

RELAÇÕES PARLAMENTARES BILATERAIS

As relações de cooperação parlamentar com Timor-Leste tiveram início em novembro de 2000 com a assinatura do primeiro Protocolo de Cooperação, ao qual se seguiu a assinatura de um segundo Protocolo em fevereiro de 2002 e um aditamento a este em fevereiro de 2004. Em 11 de fevereiro de 2008 foi assinado um terceiro Protocolo de Cooperação entre os dois Parlamentos e, a 3 de abril de 2013 em Lisboa, foi assinado o 4º protocolo de cooperação com o Parlamento de Timor-Leste;

Os Protocolos celebrados deram um forte impulso às relações de cooperação Luso-Timorense. Assim, foi assinado um 1º Programa de Cooperação que vigorou no biênio 2003-2005. As relações de cooperação entre os dois parlamentos têm sido intensas e abrangem vários domínios: assessoria técnica (concretizadas em missões de longa duração de técnicos da Assembleia da República em Timor-Leste), formação *on job*, missões de assistência técnica, ensino de português (aos funcionários e deputados do Parlamento timorense), doação de equipamento informático, publicações, documentação especializada e manuais.

No âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido entre a Assembleia da República de Portugal e o Parlamento Nacional de Timor-Leste, celebrado entre os respetivos Presidentes, em 3 de abril de 2013, foi assinado o 4º Programa de Cooperação Parlamentar 2013/2016, em 15 de novembro de 2013. A primeira missão de cooperação prevista neste Programa decorreu no Parlamento Nacional de Timor-Leste em fevereiro de 2014.

Presentemente, a cooperação parlamentar com o PNTL reveste uma dupla componente, consubstanciada, por um lado, nas ações previstas no Programa de Cooperação bilateral entre os dois Parlamentos, e por outro no apoio local à consolidação das competências técnicas dos funcionários do Parlamento Nacional de Timor-Leste, concretizada também por Técnicos da AR, ao abrigo de uma parceria com as Nações Unidas (PNUD). Estes Técnicos desempenham funções junto do Parlamento Nacional de Timor-Leste nas áreas de Assessoria ao Presidente do Parlamento, Informática, Protocolo, Apoio às Comissões e Arquivo.

Para o cumprimento dos seus objetivos, o Programa de Cooperação para 2013-2016 prevê não só a realização de ações e missões, devidamente calendarizadas, como também a concretização de outras colaborações, que revestem a forma de missões de cariz estrutural para o próprio Parlamento Nacional de Timor-Leste .

Ensino da Língua Portuguesa

Ao abrigo do Protocolo celebrado entre a ARP e o Instituto Camões, existe uma Leitora de português desde de 2008 a exercer funções junto ao Parlamento Nacional de Timor-Leste, nomeadamente a ministrar o ensino da língua portuguesa aos Deputados e funcionários timorenses, bem como outras tarefas relativas ao desenvolvimento da língua adequadas à intervenção parlamentar.

Além do ensino da língua portuguesa a Leitora desenvolveu outras tarefas que lhe foram sendo solicitadas, dentre as quais se destacam, a correção de diplomas legais e outros documentos parlamentares; a correção do regimento do Parlamento Nacional de Timor-Leste; a elaboração do glossário de termos parlamentares.

Visitas entre os dois parlamentos

À Assembleia da República:

- Visita da delegação parlamentar da CPLP de Timor-Leste e da Ministra da Solidariedade e Segurança Social da República Democrática de Timor-Leste, Isabel Amaral Guterres, por ocasião da Cerimónia de Abertura do Ano Internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil 17 de fevereiro de 2016
- Visita do Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacionais do Parlamento Nacional de Timor-Leste à Assembleia da República, Deputado David Ximenes, 27 de março de 2014
- Visita do Secretário-Geral do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Mateus Ximenes Belo, 11 a 15 de novembro de 2013;
- Visita do Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Taur Matan Ruak, 20 de setembro de 2013;
- Visita do Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste Vicente Guterres, 3 a 6 de abril 2013;
- Visita da Mesa do Parlamento Nacional de Timor-Leste, 14 a 21 de dezembro 2012;
- Audiência da Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, ao Presidente da

República Democrática de Timor-Leste, Ramos-Horta, 1 de julho 2011;

- Audiência do Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, ao Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Ramos-Horta, 4 de outubro 2010;
- Visita do Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Francisco La Sama, 11 a 13 de fevereiro de 2008;
- Visita do Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, 26 de novembro de 2008;
- Visita do Presidente da República de Timor-Leste, José Ramos-Horta, 15 novembro 2007;
- Visita do Vice-Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Vicente da Silva Guterres, 17 a 19 de outubro de 2007;
- Visita do Representante Especial das nações Unidas para Timor-Leste, Atul Khare, 23 de maio de 2007;
- Visita do Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, José Ramos-Horta, a 5 fevereiro de 2007;
- Visita de uma Delegação parlamentar da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacionais do Parlamento Nacional de Timor-Leste , de 7 a 12 de abril de 2003;
- Visita do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Timor-Leste, José Ramos-Horta, abril de 2003 e janeiro de 2004;
- Visita do Presidente da República de Timor-Leste, Xanana Gusmão, em abril de 2004;
- Visita do Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Francisco Guterres, por duas vezes em 2002 (fevereiro e novembro), em outubro de 2003 e em abril de 2004;

Ao Parlamento Nacional de Timor-Leste:

- Missão de Avaliação de fim do Programa de Cooperação Técnica 2009/2012, dezembro 2012. O Secretário-Geral representou a AR;
- Participação no XII Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa que decorreu no Parlamento Nacional de 26 a 28 de setembro 2012. A Secretária-Geral representou a AR;



- Deslocação de 20 a 23 de setembro 2011, por ocasião da III Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP). A Delegação da AR foi integrada pelo Vice-Presidente da AR, Deputado Eduardo Ferro Rodrigues (PS), por três membros da Delegação da AR à AP-CPLP, Deputados Adriano Rafael Moreira (PSD – Presidente), Miguel Coelho (PS – Vice-Presidente) e Arménio Santos (PSD). Participou também a Secretária-Geral da AR, Conselheira Adelina Sá Carvalho;
- Missão de Diagnóstico em agosto de 2009 com o objetivo de preparar o 3º programa de cooperação no âmbito do Protocolo de Cooperação assinado em 2008;
- Visita do Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, em 28 de agosto de 2009, por ocasião dos dez anos da realização do referendo;
- Visita de uma Delegação parlamentar da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades, em dezembro de 2006;
- Visita do Presidente da Assembleia da República, João Bosco Mota Amaral, de 9 a 12 de fevereiro de 2004.

GRUPO PARLAMENTAR DE AMIZADE PORTUGAL-TIMOR-LESTE

XIII Legislatura (2015-2019)

Presidente

Deputado José Soeiro (BE)

Vice-Presidente

Deputada Berta Cabral (PSD)

Vice-Presidente

Deputada Ana Mesquita (PCP)

Membros

Deputada Carla Barros (PSD)

Deputada Margarida Mano (PSD)

Deputada Fátima Ramos (PSD)

Deputado José Miguel Medeiros (PS)

Deputado Paulo Trigo Pereira (PS)

Deputado Pedro Bacelar de Vasconcelos (PS)

Deputado Porfírio Silva (PS)

Deputado Álvaro Castello-Branco (CDS-PP)

Deputado José Luís Ferreira (PEV)

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações de cooperação entre Portugal e Timor-Leste iniciaram-se em 1999 e resultam de uma profunda relação histórica entre estes dois países, refletida quer nas áreas de intervenção definidas por ambos, quer na contribuição que Portugal tem prestado a Timor-Leste e que atingiu nesta última década os 470 milhões de euros. Essa cooperação visa promover não só a redução da pobreza e melhoria das condições de vida da população, como também o aprofundamento da identidade do povo timorense através da língua e cultura do país.

Ao longo dos últimos anos, e em resultado da evolução do país, das solicitações das autoridades timorenses e das possibilidades portuguesas, a cooperação portuguesa com Timor-Leste caracterizou-se numa primeira fase, de 1999 a 2002, pela assistência humanitária de emergência, de carácter excepcional, e ainda pela criação do cargo de Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste (CATT). A partir de 2002, e com a restauração da independência do país, a cooperação portuguesa pautou a sua atuação pelo apoio à reconstrução e ao desenvolvimento.

Até ao final de 2013, a estratégia da Cooperação Portuguesa para Timor-Leste encontrou-se definida no Programa Indicativo de Cooperação (PIC) para os anos 2007-2010 e respetiva Adenda, estando este enquadrado nos objetivos expressos no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” e nas opções definidas pelas autoridades timorenses, tendo naturalmente em conta as atividades de cooperação desenvolvidas pelos outros doadores. Foi dotado de um montante financeiro na ordem dos 60 milhões de euros, muito embora este valor não tenha refletido a totalidade da ajuda financeira de Portugal em relação a Timor-Leste, uma vez que o nosso esforço financeiro envolveu anualmente montantes superiores que, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, não podem ser contabilizados como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Esta situação é justificada pelo facto do nosso esforço financeiro incluir, para além dos projetos contemplados no PIC, outras ações das quais se destaca o apoio à segurança interna em Timor-Leste, assegurado pela via multilateral, através da participação portuguesa na Força de Manutenção de Paz, no âmbito da UNMIT (United Nations Mission in Timor).

A 24 de julho de 2014 foi assinado o novo Programa Estratégico de Cooperação (PEC) entre Portugal e Timor-Leste para 2014-2017. O envelope financeiro indicativo para os 4 anos (2014-2017) é no montante de 42 milhões de euros, distribuído pelos eixos de intervenção do presente programa.

Este novo enquadramento teve em conta o Plano de Desenvolvimento 2011-2030 de Timor-Leste, bem como o processo de implementação do Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis (“New Deal”) em curso no país. O PEC reflete a elevação das relações de cooperação bilateral entre os Governos de Timor-Leste e Portugal a um novo patamar que tem em consideração a realidade atual e as respetivas políticas nacionais, bem como a vontade manifestada pelas autoridades timorenses de adoção de um ‘Programa de Cooperação baseado no Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011-2030’ (PED), nos Planos Estratégicos Setoriais Nacionais e no ‘Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis’, cujo processo de implementação merece a participação ativa da Cooperação Portuguesa.

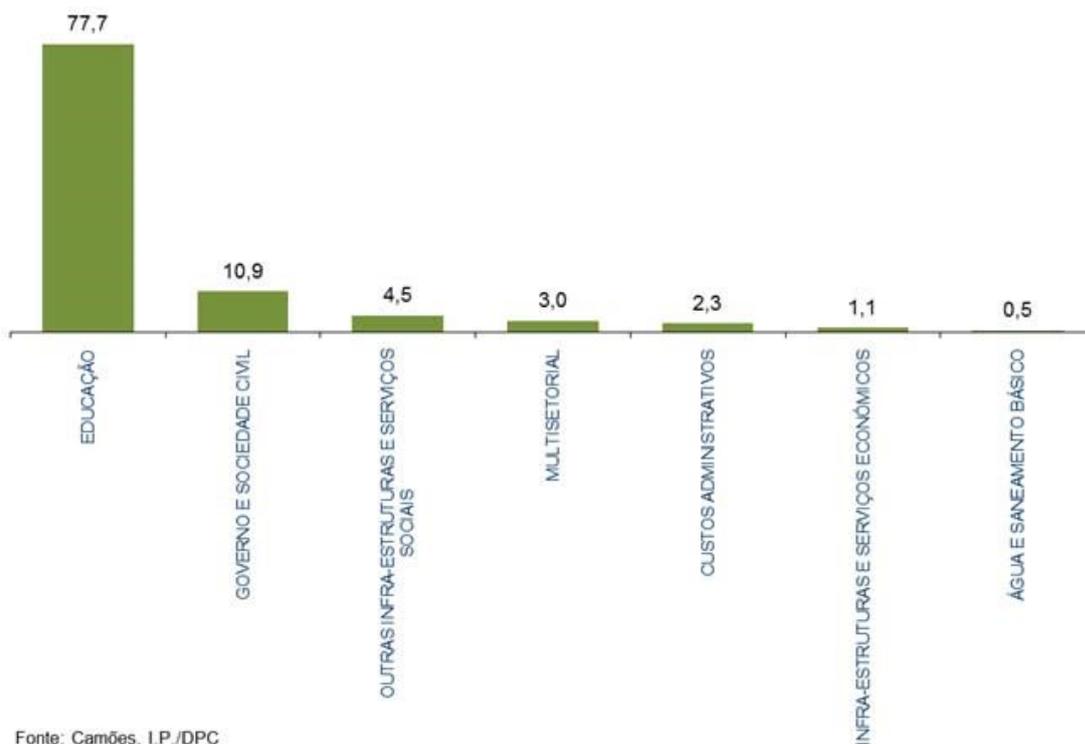
O novo documento baseia-se igualmente nas estratégias setoriais da Cooperação Portuguesa, nos resultados da execução do ‘Programa Indicativo de Cooperação para Timor-Leste 2007-2010’ e no novo ‘Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020’, cujo objetivo fundamental, no contexto da política externa portuguesa, se prende com a contribuição para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, num enquadramento de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de direito nos países parceiros.

Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) 2010 – 2014

A APD portuguesa com destino a Timor Leste tem vindo a registar uma tendência decrescente nos últimos anos, estabilizando em 2013 e 2014. Situa-se, neste último ano disponível, nos 13 M€, correspondendo a uma média de 17 M€ no período 2010-2014.

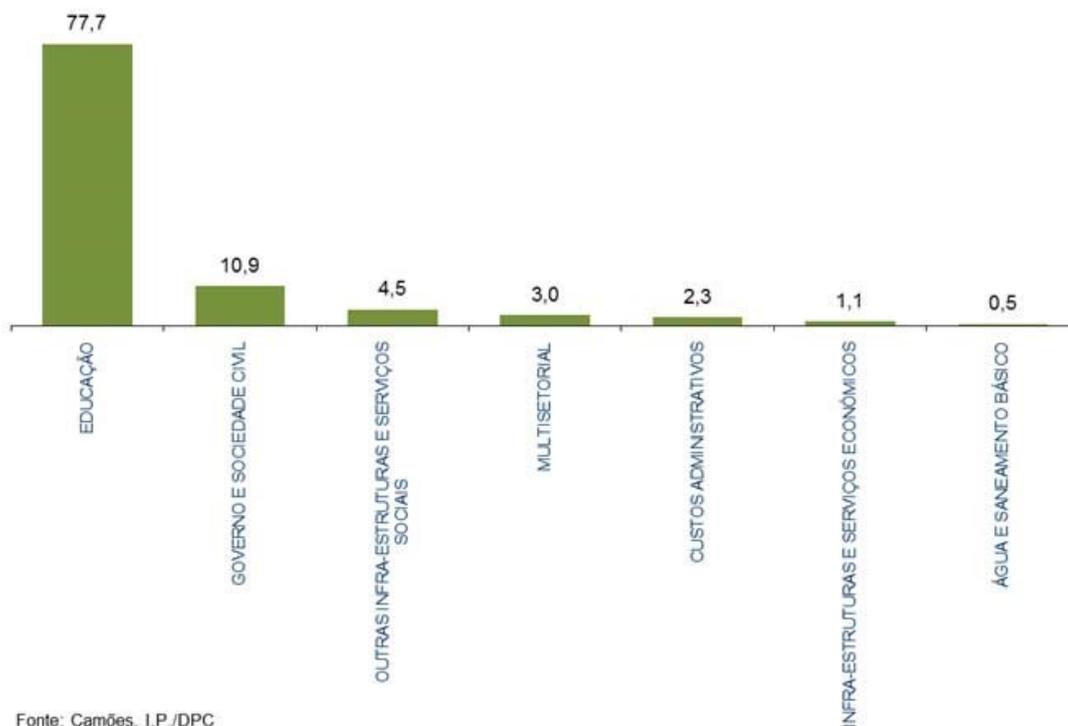
Tanto em termos brutos como líquidos denota-se forte concentração no setor “Educação” (77%) e, em menor escala, no setor “Governo e Sociedade Civil” (10,9%). Deste modo, o agrupamento setorial “Infraestruturas e Serviços Sociais” é o mais representativo entre 2010 e 2014, correspondendo a 91% do total da ajuda a Timor Leste.

PESO DE CADA SETOR NO TOTAL DA APD LÍQUIDA 2014 (%) - TIMOR-LESTE





PESO DE CADA SETOR NO TOTAL DA APD BRUTA 2014 (%) - TIMOR-LESTE





DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA APD BILATERAL LÍQUIDA - TIMOR LESTE 2010 - 2014

Euros

SETORES	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	Média 2010-2014
100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	23.293.446	91,7	17.664.226	88,8	13.898.151	90,6	11.947.324	91,5	12.473.840	93,6	15.855.397
110 EDUCAÇÃO	10.784.672	42,4	10.504.900	52,8	8.131.914	53,0	10.041.153	76,9	10.358.671	77,7	9.964.262
120 SAÚDE	261.212	1,0	172.999	0,9	130.343	0,8	117.588	0,9	438	0,0	136.516
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA	0	0,0	71.589	0,4	0	0,0	122.331	0,9	0	0,0	38.784
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	61.269	0,5	12.254
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	10.570.262	41,6	5.843.959	29,4	4.702.490	30,7	1.267.302	9,7	1.450.396	10,9	4.766.882
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	1.677.300	6,6	1.070.779	5,4	933.404	6,1	398.950	3,1	603.066	4,5	936.700
200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	325.668	1,3	462.276	2,3	464.337	3,0	208.197	1,6	146.764	1,1	321.448
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	709	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	142
220 COMUNICAÇÕES	251.786	1,0	373.079	1,9	299.115	1,9	171.690	1,3	129.861	1,0	245.106
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	73.173	0,3	89.197	0,4	165.222	1,1	36.507	0,3	16.903	0,1	76.200
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
300 III - SETORES DE PRODUÇÃO	310.622	1,2	363.037	1,8	145.786	1,0	96.947	0,7	3.828	0,0	184.044
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PISCAS	309.622	1,2	357.097	1,8	145.786	1,0	94.724	0,7	3.828	0,0	182.211
311 AGRICULTURA	309.622	1,2	357.097	1,8	145.786	1,0	94.724	0,7	3.828	0,0	182.211
312 SILVICULTURA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
313 PISCAS	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2.223	0,0	0	0,0	445
321 INDÚSTRIA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2.223	0,0	0	0,0	445
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
323 CONSTRUÇÃO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
330 COMÉRCIO E TURISMO	1.000	0,0	5.940	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.388
331 COMÉRCIO	1.000	0,0	5.440	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.288
332 TURISMO	0	0,0	500	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	100
400 IV - MULTISETORIAL/TRANSVERSAL	527.918	2,1	799.949	4,0	463.867	3,0	468.902	3,6	397.994	3,0	531.726
TOTAL SETORIAL	24.457.654		19.289.488		14.972.141		12.721.370		13.022.426		16.892.616
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E SOB A FORMA DE PRODUTOS	0	0,0	0								
600 VI - AÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA	0	0,0	0								
700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA	0	0,0	0								
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	947.984	3,7	596.953	3,0	370.117	2,4	331.674	2,5	302.928	2,3	509.931
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS **	0	0,0	0								
998 X - NÃO AFETADO/NÃO ESPECIFICADO	6.589	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.318
REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
OUTROS SETORES	6.589	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.318
EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
TOTAL NÃO SETORIAL	954.573		596.953		370.117		331.674		302.928		511.249
TOTAL BILATERAL	25.412.227	100	19.886.441	100	15.342.258	100	13.053.044	100	13.325.354	100	17.403.865

Fonte: Camões, I.P./DPC

** Código Setorial APOIO A ONG não aplicável a partir de 2009. O Apoio às ONG é repartido setorialmente de acordo com o objetivo do projeto apoiado.

Centro Cultural Português em Díli

O Centro Cultural Português em Díli foi inaugurado a 17 de janeiro de 2001.

A criação deste Centro tem por objetivo apoiar a Ação Cultural em Timor-Leste. Pretende-se, com este espaço destinado ao encontro de culturas, que timorenses e membros da comunidade lusófona possam debater ideias, fomentar a realização de exposições e ciclos de cinema, organizar encontros de escritores e artistas portugueses e timorenses, promover palestras e seminários dedicados à promoção da Língua Portuguesa.

Do Centro Cultural Português em Díli fazem parte uma biblioteca, com catalogação informática do acervo inicial de 1500 volumes que será progressivamente enriquecido, abrangendo as áreas de história e literatura portuguesa, brasileira, africana de expressão oficial portuguesa e timorense, história da arte, sociologia, etnologia, direito, economia e obras de referência, um espaço multimédia, dotado de uma linha gratuita de acesso à Internet, uma videoteca, colocando à disposição dos visitantes o visionamento de cerca de cento e cinquenta filmes da autoria de realizadores lusófonos entre documentários, curtas e longas-metragens e, finalmente, uma fonoteca com milhares de horas de música erudita e popular lusófona.

Dispõe ainda de um espaço para leitura de jornais e revistas portuguesas.



Centro Cultural Português

Edifício ACAIT

Av. Tenente Nicolau Lobato

Díli

Tel: +670 331 0050

Fax: +670 331 2526

Correio eletrónico: CCP-DILI@camoes.mne.pt

Horário de funcionamento: 10h00 - 12h00: 15h00 - 17h00



Embaixada de Portugal em Díli

Embaixador: Manuel Gonçalves de Jesus
Chancelaria: Avenida Presidente Nicolau Lobato
Edifício ACAIT - Díli
Telefone: +(670) 3310050
Fax: +(670) 3312526
E-mail: embaixador@embaixadaportugal.tl

Adido para a Cooperação: Daniel Carolo

Telefone: +(670) 3310050
E-mail: embaixador@embaixadaportugal.tl



Embaixada da República de Timor-Leste em Lisboa

Embaixadora: Natália Carrascalão
Morada (Embaixada): Largo dos Jerónimos, n.º 3
1400-209 Lisboa
Telefone: 21 393 37 30/31/32
Fax: 21 393 37 39
E-mail: etta-Lx@netc.pt





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo | Divisão de Relações Internacionais

Fontes:

<http://www.parlamento.pt/>
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>
<http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas.html#m>
<http://atlanticsentinel.com/>
INE/Instituto Nacional de Estatística
AICEP
MNE
<http://www.parlamento.tl/>
<http://www.stj.pt/internacional/cptlp/206-cptlp-timorleste>
<https://www.tribunais.tl/>
<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/timoreg.pdf>
<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>
<http://presidenciarepublica.tl/>